

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A
Diretoria e Quotistas da
Guarupart Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ('Empresa'), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

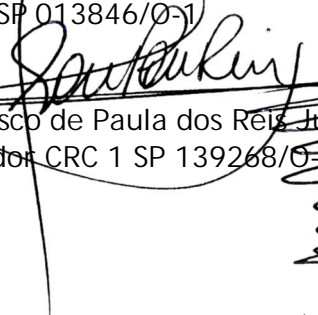


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6


Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante:		107.123	79.546	2.592.595	2.335.532
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	15	613.753	591.872
Investimento de curto prazo	6	-	-	215.439	44.430
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	100.805	82.907
Contas a receber de clientes	8	8.077	8.077	215.094	190.789
Estoques		-	-	588	541
Impostos a recuperar	9a	6.883	6.840	60.341	58.882
Adiantamentos a fornecedores		30	-	9.613	35.349
Despesas antecipadas		30	33	8.753	9.901
Dividendos a receber - Partes relacionadas	10	91.694	64.233	7.335	4.524
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	1.237.557	1.249.115
Outros ativos		390	348	123.317	67.222
Não circulante:		1.897.741	1.748.234	7.780.430	7.816.906
Títulos e valores mobiliários	7	57.302	57.302	61.597	64.146
Alienações de investimentos	11	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	8	-	-	10.439	8.358
Impostos a recuperar	9a	-	-	44.072	26.188
Tributos e contribuições sociais diferidos	9b	-	-	15.299	12.382
Partes relacionadas	10	2.298	6	2.298	6
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	3.214.062	3.321.056
Estoques		-	-	26.113	25.534
Cauções e depósitos judiciais		4.364	4.440	17.621	12.106
Outras contas a receber		3.220	3.220	39.156	49.147
Investimentos	13	1.770.219	1.622.845	333.361	426.340
Imobilizado	14	2.962	3.045	3.813.285	3.664.873
Intangível	15	156	156	145.907	149.550
Ativo total		2.004.864	1.827.780	10.373.025	10.152.438

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo					
Circulante:		162.548	63.183	1.848.319	1.926.206
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	98.632	30.851	1.283.516	1.143.737
Fornecedores		3.884	3.297	170.386	344.858
Salários, férias e encargos sociais		-	-	12.002	10.284
Tributos e Contribuições Sociais Corrente e Diferido	17a	1.040	761	99.283	82.770
Adiantamentos de clientes		-	-	-	58.208
Dividendos a pagar		57.815	27.096	146.801	113.627
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	42.979	83.449
Provisões para gastos ambientais	19	-	-	21.789	22.239
Taxas regulamentares e setoriais	20	-	-	52.576	48.213
Outras obrigações		1.177	1.178	18.987	18.821
Não Circulante		23.474	22.830	3.918.199	4.040.191
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	3.382.767	3.515.474
Tributos e Contribuições Sociais Corrente	17a	-	-	1.493	1.581
Provisão para contingências		1.003	1.003	7.493	5.216
Adiantamento de clientes		-	-	-	44.749
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	125	359
Imposto de renda e Contr. Social diferido	17b	136	155	468.796	406.765
Partes relacionadas	10	22.335	21.672	22.335	21.672
Provisões de constituição dos ativos	18	-	-	8.107	9.606
Provisão para gastos ambientais	19	-	-	904	11.214
Outras contas a pagar		-	-	26.179	23.555
Participação de acionistas não controladores		-	-	2.787.665	2.444.274
Patrimônio líquido:		1.818.842	1.741.767	1.818.842	1.741.767
Capital social realizado	22	476.726	476.726	476.726	476.726
Gasto com emissão de ações reflexa		(22.136)	(22.136)	(22.136)	(22.136)
Reserva de capital	22	43.884	44.641	43.884	44.641
Reserva de lucros	22	1.320.548	1.214.558	1.320.548	1.214.558
Lucros Acumulados		-	-	-	-
Ajustes Acumulados de conversão		(180)	27.978	(180)	27.978
Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores		1.818.842	1.741.767	4.606.507	4.186.041
Passivo total		2.004.864	1.827.780	10.373.025	10.152.438

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional bruta:					
Transmissão e geração de energia		-	-	1.241.664	1.632.919
Venda de Energia		-	-	463.626	-
Serviços prestados		-	-	-	-
Receita operacional bruta:	23	-	-	1.705.290	1.632.919
Deduções da receita bruta	23	-	-	(151.479)	(139.360)
Receita operacional líquida	23	-	-	1.553.811	1.493.559
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados		-	-	(159.950)	(136.898)
Custo dos produtos vendidos		-	-	-	-
Energia comprada para revenda		-	-	(57.038)	(58.509)
Custo de infraestrutura		-	-	(39.815)	(75.778)
Depreciação / Amortização		-	-	(83.398)	(68.753)
		-	-	(340.201)	(339.938)
Lucro bruto		-	-	1.213.610	1.153.621
Despesas (receitas) operacionais:					
Administrativas e gerais		(10.415)	(13.126)	(65.881)	(98.052)
Depreciação /amortização		(83)	(83)	(4.774)	(4.888)
Honorários da Diretoria e Conselho de Adm.		-	-	(18.099)	(18.649)
Resultado da equivalência patrimonial	13	194.725	133.541	35.152	15.580
Outras receitas		46.195	1	129.684	14.870
Outras despesas		(31.084)	(6)	(38.678)	(162)
		199.338	120.327	37.404	(91.301)
Lucro antes do resultado financeiro		199.338	120.327	1.251.014	1.062.320
Despesas financeiras	22	(14.361)	(8.224)	(527.594)	(521.776)
Receitas financeiras	22	190	1.987	83.168	87.842
		(14.171)	(6.237)	(444.426)	(433.934)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		185.167	114.090	806.588	628.386
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(81.691)	(96.038)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(39.777)	17.708
Lucro líquido do exercício		185.167	114.090	685.120	550.056
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		185.167	114.090	185.167	114.090
Acionistas não controladores		-	-	499.953	435.966
		185.167	114.090	685.120	550.056
Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		0,39	0,24		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		
EBTIDA - LAJIDA		199.421	120.410	1.339.186	1.135.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						
Saldos em 01 de Janeiro de 2015	476.726	(22.136)	70.728	1.177.346	46.419	-	8.709	1.757.792	-	2.292.235	4.050.027
Realização do Lucro auferido pela controladora em transações com controladas								-			-
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa				-	(1.550)			(1.550)			(1.550)
Outros Ajustes				-		18	-	18			18
Ajuste reflexo de Reserva de Reinvestimento				-	(228)			(228)			(228)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira							19.269	19.269			19.269
Dividendos				(120.528)	-			(120.528)			(120.528)
Variação na participação dos acionistas não controladores								-	-	152.039	152.039
Lucro líquido do exercício							114.090	114.090			114.090
Destinação proposta à AGO:								-			-
Reserva legal			5.705			(5.705)		-			-
Dividendos propostos						(27.096)		(27.096)		-	(27.096)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				81.307		(81.307)		-		-	-
								-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	476.726	(22.136)	76.433	1.138.125	44.641	-	27.978	1.741.767	-	2.444.274	4.186.041
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(757)			(757)			(757)
Ajuste reflexo de Reserva de Reinvestimento								-			-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira							(28.158)	(28.158)			(28.158)
Outros Ajustes				19				19			19
Dividendos				(32.904)	-			(32.904)		-	(32.904)
Variação na participação dos acionistas não controladores								-	-	343.391	343.391
Lucro líquido do exercício							185.167	185.167	-	-	185.167
Reserva legal								-			-
Dividendos propostos						(46.292)		(46.292)			(46.292)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				138.875		(138.875)		-		-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	476.726	(22.136)	76.433	1.244.115	43.884	-	(180)	1.818.842	-	2.787.665	4.606.507

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	185.167	114.090	685.120	550.056
Despesas (Receitas) que não afetam as disponibilidades				
Resultado de não controladores	-	-	(499.953)	(435.966)
Resultado da equivalência patrimonial	(194.725)	(133.541)	(30.199)	(15.678)
Depreciação e amortização	83	83	88.172	73.641
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	120.572	1.078
Valor residual das baixas de investimentos	31.070	-	108.009	-
Valor residual das baixas do intangível	-	-	14.536	3.913
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	12.475	6.771	440.730	504.615
Receitas financeiras	(190)	(1.100)	(44.062)	(45.276)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(81.691)	(96.038)
Imposto Diferido	-	-	(39.777)	17.708
Realização de resultados de exercícios futuros	-	-	-	-
Valor residual das baixas do intangível	(4.308)	-	-	-
Ajuste participação de minoritário	-	-	343.391	152.039
	29.572	(13.697)	1.104.848	710.092
(Aumento) Diminuição de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(26.386)	51.313
Contas a receber ativo financeiro	-	-	15.595	(76.929)
Estoques	-	-	(626)	2.073
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	(841)	(2.917)	(11.113)
Tributos e compensar	(43)	3	(19.343)	(6.875)
Adiantamentos a fornecedores	(30)	-	25.736	(14.917)
Investimento de curto prazo	-	-	(127.137)	210.637
Títulos e valores mobiliários	-	4.228	(15.349)	(6.969)
Outras contas a receber	(42)	180	(46.104)	(11.148)
Cauções e depósitos judiciais	76	(100)	(5.515)	(466)
Partes relacionadas	(2.102)	295	(2.102)	19.965
Dividendos	-	-	12.361	10.960
Despesas antecipadas	3	(1)	1.148	(7.812)
	(2.138)	3.764	(190.639)	158.719
Aumento (Diminuição) de Passivos				
Fornecedores	587	341	(174.472)	259.214
Salários, férias e encargos sociais	-	-	1.718	(868)
Contribuições e impostos a recolher	279	268	98.204	107.685
Imposto de renda diferido	-	(2)	101.739	(8.801)
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	4.363	3.991
Provisões de constituição dos ativos	-	-	(50.076)	(11.694)
Outras provisões	-	-	(8.483)	6.170
Adiantamentos de clientes	-	-	-	42.631
Dividendos a pagar	-	-	2.455	(2.027)
Partes relacionadas	(750)	(7.132)	(750)	(26.318)
Outras contas a pagar	(1)	767	10.897	(20.645)
	115	(5.758)	(14.405)	349.338
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS				
	27.549	(15.691)	899.804	1.218.149
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	(148.905)	-	11.509	(51.720)
Imobilizado	-	-	(353.207)	(871.269)
Intangível	-	-	(14.842)	(1.462)
Dividendos recebidos	113.118	161.601	-	-
	(35.787)	161.601	(356.540)	(924.451)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Emprestimos tomados	120.569	61.137	920.294	1.094.042
Amortizações e pgtos de empréstimos	(63.850)	(76.408)	(1.392.966)	(997.683)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(234)	(5.420)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(48.477)	(130.641)	(48.477)	(130.641)
	8.242	(145.912)	(521.383)	(39.702)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES				
	4	(2)	21.881	253.996
Disponibilidades no início do exercício	15	17	591.872	337.876
Disponibilidades no final do exercício	19	15	613.753	591.872
	4	(2)	21.881	253.996

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de março de 2017.

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas a cada data de reporte.

2.3. Moeda Funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das informações contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldo das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre a empresa controladora e as controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros;
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2016	31/12/2015
Controladas diretas:			
Alupar Investimento S.A	Holding	61,06	64,65
Controladas indiretas:			
Alupar Inversiones Peru S.A.C.	Holding	100,00	100,00
Transminas Holding S.A.	Holding	70,02	70,02
Alupar Chile Inversiones SpA	Holding	100,00	100,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	Geração	63,80	52,01
Ijuí Energia S.A.	Geração	86,66	50,01
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	Geração	64,19	64,19
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	Geração	68,83	68,83
Ferreira Gomes Energia S.A	Geração	100,00	100,00
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A.	Geração	51,00	51,00
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P.	Geração	99,97	99,97
Forquilha IV Energia S.A.	Geração	99,99	99,99
Verde 8 Energia S.A.	Geração	99,90	99,90
Agua Limpa S.A.	Geração	90,00	90,00
La Virgen S.A.C.	Geração	15,09	24,79
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	100,00	99,99
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	100,00	99,99
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	100,00	99,99
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	100,00	99,99
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	100,00	99,99
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Transmissão	51,00	51,00
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,01	50,01
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	21,96	21,96
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	Transmissão	62,06	62,06
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	Transmissão	100,00	100,00
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A.	Transmissão	99,99	99,99
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica	Transmissão	15,00	15,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	Transmissão	20,00	20,00
ACE Comercializadora Ltda.	Comercializadora	100,00	100,00
AF Energia S.A.	Serviços	99,99	99,99
Windepar Holding S.A.	Holding	100,00	100,00
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	Transmissão	99,98	-
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	Transmissão	99,98	-
Alupar Colombia S.A.S	Holding	100,00	-
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (i)	Transmissão	25,51	25,51
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (i)	Transmissão	40,01	40,01
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (i)	Transmissão	30,79	30,79
Companhia Transleste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transirapé de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Companhia Transudeste de Transmissão (ii)	Transmissão	28,71	28,71
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (iii) (i)	Transmissão	50,02	50,02
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (iv)	Transmissão	50,02	50,02
La Virgen S.A.C. (v)	Geração	52,47	49,91
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vi)	Transmissão	9,04	9,04
Companhia Transleste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transirapé de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Companhia Transudeste de Transmissão (vi)	Transmissão	5,00	5,00
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (vii)	Transmissão	9,23	9,23
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (vii)	Transmissão	19,01	19,01
Energia dos Ventos I S.A. (viii)	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos II S.A. (viii)	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos III S.A. (viii)	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos IV S.A. (viii)	Geração	100,00	-
Energia dos Ventos X S.A. (viii)	Geração	100,00	-
Risaralda Energía S.A.S.E.S.P. (ix)	Geração	99,97	-
Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP (ix)	Transmissão	99,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE

(ii) Controladas diretamente pela Transminas

(iii) Controlada diretamente pela ETEP

(iv) Controlada diretamente pela ECTE

(v) Controlada diretamente pela Alupar Peru

(vi) Participação indireta via EATE

(vii) Participação indireta via ENTE

(viii) Participação indireta via Windepar

(ix) Participação indireta via Alupar Colombia

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Sendo no reconhecimento inicial classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza, das disposições contratuais e do propósito do ativo financeiro.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários, títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados, estão classificados como a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.1.3. Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de contas a receber de clientes, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia e suas controladas é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada em suas demonstrações contábeis.

3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.1.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6. Contratos de concessão

Os contratos de concessão estabelecem que os ativos vinculados à infraestrutura devam ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Este modelo se aplica às nossas concessionárias de transmissão de energia elétrica.

3.2. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

3.3. Imobilizado

3.3.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa 14, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, a qual estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2016.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.3.2. Imobilizado de Serviços

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 14. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data base de 31 de dezembro de 2016.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisadas no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

Direito de concessão - uso do bem público

O ativo intangível das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes, compreendem o direito das controladas operarem como concessionária de Uso do Bem Público (UBP) na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito pelo prazo de concessão.

A vida útil desse intangível é avaliada como definida, pelo prazo de 35 anos, conforme o período de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (ágio) e desenvolvimento de projetos

Referem-se ao ágio decorrente dos ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os projetos de UHE's, PCH's, Usinas Eólicas, entre outros. Além disso, para desenvolvimento destes e para os demais projetos a Controlada incorre em custos pré-operacionais inerentes ao processo de desenvolvimento de tais projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos são alocados às Sociedades de Propósito Específicos - SPEs controladas que reembolsarão todos os gastos incorridos à Companhia.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado das controladas. Estas reversões são baseadas em avaliações da administração.

3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Desse modo, as controladas relacionadas à transmissão de energia e geração de energia, foram analisadas isoladamente, de acordo com a sua geração de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6.2. Provisões para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.6.3. Provisões de constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas em obras a serem finalizadas, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão foi registrada na rubrica do imobilizado.

3.7. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia e suas controladas não apresentaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorridos até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. As controladas operacionais e a Companhia apropriam os custos com empréstimos resultado do exercício, quando incorridos. Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte dos custos do correspondente ativo.

Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços, bem como a compra de energia de curto prazo adquirida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e a tarifa de uso do sistema de distribuição - TUSD.

Liquidação de passivos financeiros

A Companhia e suas controladas liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

3.9.1. Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - alíquota de acordo com o Estado aonde a energia é faturada.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas, que estão sob o regime de apuração com base no lucro presumido conforme detalhado na nota explicativa 31. O imposto de renda e a contribuição social corrente são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Atualmente, a Companhia, suas controladas e investidas estão sujeita as seguintes formas de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL):

- **Lucro Presumido:** Podem ser tributadas nesta forma todas aquelas empresas cuja receita bruta total (Considera-se como receita bruta total a receita bruta de vendas somada aos ganhos de capital e às demais receitas e resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade) tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000, no ano-calendário anterior, ou a R\$ 6.500 multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior (Lei n.º 10.637, de 2002, art. 46); e que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica. No caso das controladas e investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável (8% do faturamento para IRPJ e 12% para CSLL). Este percentual deriva da presunção de uma margem de lucro para cada atividade (daí a expressão Lucro Presumido) e é predeterminado pela legislação tributária.
- **Lucro Real -** Lucro real é o lucro líquido do exercício de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada exercício de apuração com observância das leis comerciais. No caso da Companhia, das suas controladas e das suas investidas que estão sujeitos a esta forma de tributação, a alíquota de cada tributo (15% ou 25% de IRPJ e 9% da CSLL) incide diretamente sobre o lucro líquido contábil somado aos ajustes determinados pela legislação fiscal.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia e suas controladas registram provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13.Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

3.14.Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1. Receita de transmissão de energia elétrica

As controladas do segmento de transmissão reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01 (R1). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de infraestrutura;
- Remuneração do ativo do financeiro da concessão.

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receita de transmissão de energia;
- Remuneração do ativo financeiro da concessão.

3.14.2. Receita de suprimento de energia elétrica

As controladas do segmento de geração reconhecem a receita de suprimento de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.14.3. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.15. Resultado por ação

As controladas efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto das controladas atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

3.16. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. As controladas da Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica taxas regulamentares e setoriais, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.17. Segmento de Negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações das controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de provisões para litígios, passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.18.1. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa 3.3 a Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos na Resolução ANEEL nº. 474, de 7 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado. A Companhia e suas controladas entendem que esses critérios refletem adequadamente a vida útil de seus ativos.

3.18.2. Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

3.18.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.18.4. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.18.5. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão as controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.18.6. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro.

3.18.7. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.18.8. Determinação das receitas de infraestrutura

As controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (R1), registram a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). De acordo com a regulação do setor elétrico brasileiro, a concessionária de geração ou transmissão é responsável pela construção do respectivo empreendimento, e dessa forma é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção, por consequência, apurar margem de lucro, se houver. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

3.18.9. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) - Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3.20. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Para cada combinação de negócio, a Companhia e suas controladas mensuraram a participação de não controladores na adquirida pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos das adquiridas. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Para algumas investidas a Companhia e suas controladas adquirem o controle após a fase pré-operacional sem transferência de contraprestação. Este fato se dá em função de alguns direitos de veto de não controladores deixarem de ser relevantes no momento em que a empresa entra em operação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

4. Pronunciamentos técnicos, interpretações e novas normas.

4.1. Normas, alterações e interpretação de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia, as controladas e as controladas em conjunto não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

<u>Norma</u>	<u>Vigência</u>	<u>Principais pontos introduzidos pela norma</u>	<u>Impactos da adoção</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.	A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos - Depósitos a vista			14	13	81.417	227.981
Fundos de investimento (*)	97,05%	92,32%	-	-	196.047	72.686
Certificados de depósitos bancários	98,50%	93,58%	-	-	108.397	215.870
Operações compromissadas	90,00%	99,81%	-	-	60.114	15.341
Outros fundos de investimento	96,69%	93,84%	-	-	144.142	58.308
Aplicações automáticas	53,72%	20,00%	5	-	8.173	1.686
Aplicações no exterior	0,56%	0,00%	-	2	15.463	-
			19	15	613.753	591.872

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que as aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, operações compromissadas e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo, portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI - Energia, cuja composição da carteira é assim como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Composição da carteira</u>		
Operações compromissadas - Notas do tesouro nacional	196.058	72.689
Títulos federais - Letras financeiras do tesouro	160.248	44.430
Títulos privados - Certificados de depósitos bancários	55.191	-
Valores a pagar	(13)	(5)
Disponibilidades	2	2
Total - FI Energia	411.486	117.116
Registrado em caixa e equivalentes de caixa	196.047	72.686
Registrado em investimentos de curto prazo	215.439	44.430
Total - FI Energia	411.486	117.116

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

6. Investimentos de curto prazo

Investimentos de curto prazo:	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo				
Fundos de investimento (*)	90,00%	97,77%	215.439	44.430
			<u>215.439</u>	<u>44.430</u>

Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundo exclusivo investido primordialmente em títulos do Tesouro Brasileiro (vide abaixo), e outros fundos de investimento em CDI, e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(*) Referem-se ao fundo exclusivo FI - Energia, vide composição na Nota Explicativa 5.

7. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira dos títulos mobiliários é assim como segue:

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Certificados de depósitos bancários	0,00%	99,00%	-	6.304
Outros fundos de investimentos	85,73%	88,79%	89.984	67.121
Operações compromissadas	100,80%	100,80%	10.821	9.482
Debentures	100% cdi + Spread 4,10%aa	100% cdi +	-	-
Outros			-	-
			<u>100.805</u>	<u>82.907</u>
Não circulante				
Certificados de depósitos bancários	0,00%	99,00%	-	3.054
Outros fundos de investimentos	96,29%	95,44%	4.295	3.790
Debentures (Principal)	100% cdi + Spread 4,10%aa	100% cdi +	57.302	57.302
			<u>61.597</u>	<u>64.146</u>
			<u>162.402</u>	<u>147.053</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por:

- i) Aplicações financeiras constituídas como contas reservas definidas nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos;

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

- ii) Aplicações financeiras destinadas ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Medições a faturar	-	-	-	-
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	144.260	133.413
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia			73.196	57.657
	10.712	10.712	228.168	201.782
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.635)	(2.635)	(2.635)	(2.635)
	8.077	8.077	225.533	199.147
Circulante	8.077	8.077	215.094	190.789
Não circulante	-	-	10.439	8.358
	8.077	8.077	225.533	199.147

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, mesmo com relação aos itens vencidos há mais de 360 dias. Companhia tem como critério constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes em processo de concordata e para títulos vencidos acima de 360 dias, exceto para empresas públicas e governamentais.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

9. Impostos a compensar

Por força de determinações legais, a Companhia e suas controladas sofreram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos destes tributos estão assim distribuídos:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e outros tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Impostos a recuperar				
Circulante				
IRRF	43	411	29.952	30.850
IRPJ/CSLL	-	-	19.747	8.980
PIS	-	-	-	1.807
COFINS	-	-	-	8.463
INSS	1.301	1.301	1.301	1.803
Saldo Negativo - IRPJ	5.539	5.128	5.539	5.128
ICMS	-	-	-	274
Outros	-	-	3.802	1.577
Total circulante	6.883	6.840	60.341	58.882
Não circulante				
COFINS	-	-	6.142	6.784
PIS	-	-	-	1.270
INSS	-	-	-	89
Contribuição social sobre o lucro	-	-	8.544	8.685
Imposto de Renda	-	-	24.768	6.026
Outros	-	-	4.618	3.334
Total não circulante	-	-	44.072	26.188
Total	6.883	6.840	104.413	85.070

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ Diferido	-	-	11.250	9.004
CSLL Diferido	-	-	4.049	3.378
Total	-	-	15.299	12.382

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Ativo circulante</u>	91.694	64.233	7.335	4.524
<u>Dividendos a receber</u>	91.694	64.233	7.335	4.524
Alupar Investimentos S.A	91.694	64.233	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	75	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	-	-	7.260	4.524
<u>Ativo não-circulante</u>	2.298	6	2.298	6
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	8	6	8	6
Licht Energia S.A	8	6	8	6
<u>Operações de mútuos</u>	2.290	-	2.290	-
Cime Administração e Participações S.A	2.290	-	2.290	-
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Passivo não-circulante</u>	22.335	21.672	22.335	21.672
<u>Operações de mútuos</u>	22.335	21.672	22.335	21.672
Cime Administração e Participações S.A	-	1.124	-	1.124
Ebac	5.646	5.917	5.646	5.917
Cavan Premoldado S.A.	4.939	3.400	4.939	3.400
614 TVC Interior S/A	11.750	11.231	11.750	11.231

11. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados que geram valores passíveis de recebimento. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um aditivo contratual onde o vencimento das parcelas teriam uma carência de 36 meses.

12. Ativo financeiro da concessão

a) Ativo financeiro da concessão

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pelas controladas da Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados com a União - Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar, para quem, e a que preço os serviços devem ser prestados.

As controladas da Companhia realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das controladas e controladas em conjunto da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nestas controladas e controladas em conjunto. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão que estavam originalmente representadas pelos ativos imobilizados das controladas e controladas em conjunto são, ou serão, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;

- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico;
- Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

b) Critério de reajuste das tarifas de transmissão

Os contratos de concessão estabelecem os valores de receita que as controladas de transmissão receberão ao longo do período de concessão, sendo tais valores estáveis e previsíveis. A RAP é contratada junto ao poder concedente na outorga das concessões e está sujeita à disponibilidade das linhas de transmissão, e não ao volume de energia transmitida. Segundo os contratos de transmissão das controladas, as RAPs são ajustadas anualmente, no mês de julho, pela variação anual do IGP-M ou IPCA, conforme contrato. As controladas diretas ETEM, ETES, ETVG e ELTE, as controladas em conjunto TME e TNE, controladas indiretas EBTE, ESDE e ETSE, estão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 5 anos, durante todo o prazo da concessão. Até que complete o 15º ano de concessão, essa revisão está relacionada essencialmente à variação do custo de dívida, atrelado à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") (calculado pela média móvel de cinco anos dessa taxa), conforme regido nos editais de licitação das linhas de transmissão. Os contratos de concessão das controladas diretas EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, ETES, STN, das controladas indiretas Transirapé, Transleste, Transudeste e das controladas diretas e indiretas Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Os contratos de concessão outorgados pela ANEEL, anteriores à publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 230, de 12 de setembro de 2006, que foi revogada pela Resolução Normativa nº. 490, de 29 de maio de 2012, não contêm previsão que autoriza a revisão tarifária periódica da RAP. Isso porque os respectivos editais de licitação não continham tal previsão, permitindo aos licitantes que projetassem a RAP constante de suas propostas financeiras sem levar em consideração eventuais revisões periódicas

c) Reforços, Melhorias e Receita em função destas obras

O Poder Concedente poderá alterar, unilateralmente, os contratos de concessão, inclusive quando houver alteração do projeto ou das especificações anteriormente previstas. À concessionária é garantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão podendo ser conferida uma receita adicional para amortização dos investimentos realizados para a implementação de tais alterações.

Já as melhorias, em tese, encontram-se abrangidas pelo objeto de cada concessão e servem para a continuidade da prestação do serviço adequado. Melhoria compreende a instalação, substituição ou reforma de equipamentos ou adequação destas instalações visando manter a prestação de serviço adequada à transmissão de energia elétrica, de acordo com o respectivo contrato de concessão, Resoluções Normativas e os Procedimentos de Rede. Os custos incorridos com melhorias são registrados de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, para que sejam considerados nas revisões da RAP subsequentes.

Reforço é a instalação, substituição ou reforma em instalações de transmissão existentes ou adequação destas instalações, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas previamente pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, a conexão de usuários. Determinadas espécies de reforços poderão ser implementadas diretamente pelas concessionárias de transmissão, sem a autorização prévia da ANEEL, desde que haja solicitação do ONS motivada por expansão da capacidade ou da confiabilidade do SIN.

Em 31 de dezembro de 2016, não há itens vencidos registrados no ativo financeiro da concessão.

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Empresas coligadas e controladas	1.770.168	1.622.794	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto			325.502	416.996
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	7.786	9.271
Total	1.770.219	1.622.845	333.361	426.340

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	750.886.270		
Total de ações/quotas da controladora	458.466.495		
% de participação	61,06%		
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2016	2.899.182		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro (prejuízo) do exercício	310.812		
	<u>310.812</u>		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.622.772	22	1.622.794
Baixas	(31.070)	-	(31.070)
Dividendos	(140.579)	-	(140.579)
Constituição de reserva para Reinvestimento - Reflexa	-		-
Adições	148.905	-	148.905
Gastos com emissões de ações	-		-
Resultado de equivalência patrimonial	194.725	-	194.725
Ganho/Perda na conversão de balanço	(28.158)	-	(28.158)
Ganho de capital com perda de Participação	4.308		4.308
Agio/Deságio em participações	(757)		(757)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.770.146</u>	<u>22</u>	<u>1.770.168</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

14. Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Taxa média anual de depreciação	Saldo em				Ganho e perda na conversão de balanços	31/12/2016
		31/12/2015	Adições	Baixas	Transferencias	de balanços	
Custo							
Terrenos		2.675	-	-	-	-	2.675
Edificações	5%	1.965	-	-	-	-	1.965
Máquinas equip. e instalações industriais	10%-30%	1.286	-	-	-	-	1.286
Guindautos e equip. de transporte	10%	229	1	-	-	-	230
Veículos	5%-25%	895	-	-	-	-	895
Móveis e utensílios	10%	316	-	-	-	-	316
Computadores e periféricos	20%	159	-	-	-	-	159
Equipamentos de comunicação	10%	3	-	-	-	-	3
Ferramentas	10%	1	-	-	-	-	1
Adiantamentos para compra de imóveis		11	-	(2)	-	-	9
Total custo		7.540	1	(2)	-	-	7.539
Depreciação							
Edificações	5%	(1.611)	(79)	1	-	-	(1.689)
Máquinas equip. e instalações industriais	10%-30%	(1.286)	-	-	-	-	(1.286)
Guindautos e equip. de transporte	10%	(230)	-	-	-	-	(230)
Veículos	5%-25%	(895)	-	-	-	-	(895)
Móveis e utensílios	10%	(309)	(4)	-	-	-	(313)
Computadores e periféricos	20%	(159)	-	-	-	-	(159)
Equipamentos de comunicação	10%	(4)	-	-	-	-	(4)
Ferramentas	10%	(1)	-	-	-	-	(1)
Total Depreciação		(4.495)	(83)	1	-	-	(4.577)
Total		3.045	(82)	(1)	-	-	2.962
Imobilizado de Geração e Transmissão							
		Saldo em	Adições	Baixas	Transf.	Ganho e perda na conversão de balanços	31/12/2016
Em serviço							
Custo							
Terrenos		58.899	108	-	5.350	(382)	63.975
Reservatórios, Barragens e Aduanas		1.401.894	120	(7.014)	145	-	1.395.145
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		331.119	33.590	-	60.963	(9.042)	416.630
Máquinas e Equipamentos		1.141.692	40.289	(3)	486.204	(24)	1.668.158
Veículos		3.063	145	(1.215)	-	(66)	1.927
Móveis e Utensílios		5.793	773	(114)	(150)	(220)	6.082
Arrendamento Financeiro		-	-	-	-	-	-
Total custo		2.942.460	75.025	(8.346)	552.512	(9.734)	3.551.917
Depreciação							
Terrenos		-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduanas	1,67%	(79.175)	(30.178)	-	-	-	(109.353)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,34%	(22.591)	(8.005)	-	-	24	(30.572)
Máquinas e Equipamentos	2,52%	(92.635)	(45.024)	-	(128)	14	(137.773)
Veículos	9,39%	(1.543)	(267)	827	-	8	(975)
Móveis e Utensílios	6,91%	(1.598)	(741)	56	129	51	(2.103)
Total Depreciação		(197.542)	(84.215)	883	1	97	(280.776)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço		2.744.918	(9.190)	(7.463)	552.513	(9.637)	3.271.141
Em curso		916.910	310.874	(113.108)	(552.512)	(22.982)	539.182
Total da movimentação de geração e transmissão		3.661.828	301.684	(120.571)	1	(32.619)	3.810.323
Total do imobilizado consolidado		3.664.873	301.602	(120.572)	1	(32.619)	3.813.285

a) Imobilizado em curso

- La Virgen: é uma pequena central hidrelétrica que terá a capacidade instalada de 64,0 MW e está em fase de construção. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo pertencente a essa obra em curso perfaz o montante de R\$ 422.630;
- Risaralda: é uma pequena central hidrelétrica com uma capacidade instalada de 19,9 MW. Em 10 de setembro de 2016 ocorreu a entrada em operação comercial e sua unitização ocorreu em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo pertencente a essa obra que foi transferido de imobilizado em curso para imobilizado em serviço perfaz o montante de R\$ 147.541.

b) Capitalização de Encargos

A suas controladas capitaliza, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures adquiridos para aquisição de imobilizado em formação. Os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 35.963 (R\$ 49.155 em 31 de dezembro de 2015), aos quais foram parcialmente compensados pelas receitas geradas das aplicações financeiras que excederam o caixa, sendo em 31 de dezembro de 2016 o valor de R\$ 2.450 (R\$ 11.242 em 31 de dezembro de 2015). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2016 os encargos financeiros líquidos capitalizados foram de R\$ 38.413 (R\$ 40.427 em 31 de dezembro de 2015). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures das controladas, vide nota explicativa nº 16.

c) Análise de recuperação do imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indicativos, por meio de fontes internas ou externas, de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhora.

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa 16 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

15. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Custos					
Outros intangíveis de concessão	10.715	9.969	(4.924)	123	15.883
Uso do bem público	16.348	-	-	-	16.348
Intangível gerado na aquisição de ações	57.922	-	(10)	-	57.912
Outros intangíveis	272	-	-	-	272
	85.257	9.969	(4.934)	123	90.415
Amortizações					
Outros intangíveis de concessão	(4.170)	(1.797)	(112)	-	(6.079)
Uso do bem público	(2.273)	(523)	-	-	(2.796)
Intangível gerado na aquisição de ações	(7.591)	(1.629)	1	-	(9.219)
Outros intangíveis	-	-	-	-	-
	(14.034)	(3.949)	(111)	-	(18.094)
Projeto em desenvolvimento	78.327	4.873	(9.491)	(123)	73.586
Total	149.550	10.893	(14.536)	-	145.907

a) Ágio decorrente da concessão

Os ágios têm como fundamento econômico a perspectiva de rentabilidade futura durante o prazo de exploração das concessões e estão sendo amortizados de forma linear durante o referido prazo. Os ágios registrados por suas controladas foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos:

	31/12/2016	31/12/2015
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C.	6.164	6.164
Energia dos Ventos I S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos II S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos III S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	3.924	3.934
Energia dos Ventos X S.A. (**)	2.420	2.420
Sistema de Transmissão Catarinense - STC	8.942	8.942
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	9.766	9.766
Companhia Transleste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	2.767	2.767
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	4.391	4.391
Outros	247	247
	57.912	57.922
Amortização de Ágio	(9.219)	(7.591)
	48.693	50.331

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transleste, Transudeste e Transirapé por parte da controlada EATE.

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X.

b) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia e suas controladas incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's.

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia e suas controladas. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais preparadas pela administração

c) Análise de recuperação do intangível (impairment)

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Moe da Nacional				
Banco do Brasil	-	-	14.192	15.624
Banco do Nordeste	-	-	147.519	168.020
Banco BTG Pactual	-	-	-	-
Banco Santander	-	30.851	24.960	55.161
BDMG	-	-	30.316	28.552
BDMG - Finame	-	-	17.375	19.806
BNDES	-	-	1.445.971	1.289.898
FINEP	-	-	5.002	28.356
Notas Promissórias	98.632	-	130.127	-
Outros	-	-	-	-
	98.632	30.851	1.815.462	1.605.417
Moe da Estrangeira:				
Itau	-	-	35.231	40.330
BDMG	-	-	799	2.864
Santander	-	-	370.786	403.770
Banco CorpBanca	-	-	96.873	55.517
Bancolombia	-	-	66	271
	-	-	503.755	502.752
Outras Modalidades:				
Debentures	-	-	2.347.066	2.551.042
	-	-	2.347.066	2.551.042
Total	98.632	30.851	4.666.283	4.659.211
(-) Parcelas vencendo a curto prazo	(98.632)	(30.851)	(1.283.516)	(1.143.737)
Parcelas vencendo a longo prazo	-	-	(3.382.767)	(3.515.474)

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2016
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2016	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2016	
Moeda nacional - R\$ Nota Promissórias	Guarupart	jun/17	CDI + 2,75% a.a		98.632	-	98.632	-	-	-	98.632
Total Controladora					98.632	-	98.632	-	-	-	98.632
FINEP - Contrato nº 02.09.0599.00	Alupar	mai/18	-	8,00	3.647	(111)	3.536	1.513	(47)	1.466	5.002
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	mai/25	TJLP	2,56	11.503	-	11.503	82.768	-	82.768	94.271
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1409.1	EBTE	nov/19	-	4,50	2.906	-	2.906	5.538	-	5.538	8.444
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	abr/27	TJLP	2,08	1.658	-	1.658	14.941	-	14.941	16.599
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1001.1	ESDE	set/22	TJLP	2,50	1.593	-	1.593	7.518	-	7.518	9.111
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/26	TJLP	2,44	3.421	-	3.421	27.573	-	27.573	30.994
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 11.2.1030.1	ETEM	abr/26	TJLP	2,04	110	-	110	898	-	898	1.008
BNDES - Contrato nº 09.2.0118.1	ETES	set/23	TJLP	2,37	2.117	(4)	2.113	11.883	(23)	11.860	13.973
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	set/23	TJLP	2,38	293	-	293	1.644	-	1.644	1.937
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 09.2.1467.1	ETES	out/19	-	4,50	1.564	(32)	1.532	2.853	(38)	2.815	4.347
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	nov/28	TJLP	2,02	3.306	-	3.306	34.670	-	34.670	37.976
BNDES (FINAME) - Subcrédito B - Contrato nº 13.2.1413.1	ETSE	nov/23	-	3,50	4.485	-	4.485	26.259	-	26.259	30.744
Banco do Brasil - Contrato nº 40/00039-7	ETVG	dez/26	TJLP	10,00	1.538	(6)	1.532	12.700	(40)	12.660	14.192
Banco Santander - Contrato nº 000270589715	ETVG	jan/17	-	1,15	24.960	-	24.960	-	-	-	24.960
BNDES - Subcrédito A - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	15.311	(240)	15.071	194.213	(3.188)	191.025	206.096
BNDES - Subcrédito B - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	6.060	-	6.060	76.868	-	76.868	82.928
BNDES - Subcrédito C - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	abr/31	TJLP	2,34	684	-	684	8.673	-	8.673	9.357
BNDES (FINAME) - Subcrédito D - Contrato nº 12.2.1390.1	Ferreira Gomes	dez/22	-	2,50	24.867	-	24.867	123.524	-	123.524	148.391
BNDES - Contrato nº 08.2.0070.1	Foz	mar/27	TJLP	2,34	15.864	-	15.864	141.507	-	141.507	157.371
BNDES - Contrato nº 08.2.0071.1	Ijuí	set/27	TJLP	3,17	13.575	-	13.575	127.023	-	127.023	140.598
BNDES - Contrato nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	abr/25	TJLP	1,93	9.610	-	9.610	68.527	-	68.527	78.137
BNDES - Contrato nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	abr/25	TJLP	2,22	1.305	-	1.305	9.306	-	9.306	10.611
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/17	-	10,00	3	-	3	-	-	-	3
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651100	Lavrinhas	fev/17	TJLP	5,70	1	-	1	-	-	-	1
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/17	-	10,00	1	-	1	-	-	-	1
FINAME - Subcrédito B - Contrato nº 50002651000	Lavrinhas	fev/17	TJLP	5,70	1	-	1	-	-	-	1
BNDES - Contrato nº 08.2.0975.1	Queluz	jan/25	TJLP	1,93	9.750	-	9.750	67.215	-	67.215	76.965
BNDES - Contrato nº 10.2.0478.1	Queluz	jan/25	TJLP	2,22	2.137	-	2.137	14.720	-	14.720	16.857
FINAME - Subcrédito A - Contrato nº 50003291100	Queluz	jul/18	-	3,00	43	-	43	26	-	26	69
BNDES	EDV I	out/32	TJLP	2,18	2.099	-	2.099	55.825	-	55.825	57.924
BNDES	EDV II	out/32	TJLP	2,18	1.185	-	1.185	31.512	-	31.512	32.697
BNDES	EDV III	out/32	TJLP	2,18	1.811	-	1.811	48.167	-	48.167	49.978
BNDES	EDV IV	out/32	TJLP	2,18	3.001	-	3.001	79.804	-	79.804	82.805
BNDES	EDVX	out/32	TJLP	2,18	1.519	-	1.519	40.389	-	40.389	41.908
BNB - Contratos nº A400000101001 e A400000101002	STN	jun/24	-	10,00	20.442	-	20.442	120.758	-	120.758	141.200
BDMG (FINAME) - Contrato nº 147068	Transirapé	jul/20	-	4,50	133	-	133	341	-	341	474
BDMG (FINAME PSI) - Contrato nº 177906	Transirapé	jan/24	-	3,50	2.408	-	2.408	14.493	-	14.493	16.901
BDMG (FINEM) - Contrato nº 193.292	Transirapé	out/29	TJLP	3,50	505	-	505	5.016	-	5.016	5.521
BDMG (FINAME) - Contrato nº 215.485	Transirapé	abr/26	TJLP	6,00	119	-	119	4.469	-	4.469	4.588
BNDES - Crédito automático Contrato 215.411	Transirapé	abr/21	TJLP	4,50	109	-	109	4.000	-	4.000	4.109
BDMG - Contrato nº 127315	Transleste	mar/25	-	9,50	2.568	-	2.568	17.639	-	17.639	20.207
BNB - Contrato nº 05974828-A	Transleste	mar/25	-	9,50	895	-	895	5.424	-	5.424	6.319
Custo de captação BNDES	Verde 8				-	(240)	(240)	-	-	-	(240)
Nota Promissória - Banco Fator S.A	Verde 8	ago/17	CDI	2,11	31.840	(345)	31.495	-	-	-	31.495
Total Consolidado - Moeda Nacional					329.579	- 978	328.601	1.490.197	- 3.336	1.486.861	1.815.462
Moeda estrangeira	Operacionais										
Santander - Contrato nº 2885	Alupar Peru	out/17	Libor (*)	3,85	-	-	-	53.541	-	53.541	53.541
Santander Panamá - Contrato nº 826302	Alupar Peru	dez/17	Libor (*)	3,85	-	-	-	17.744	-	17.744	17.744
Santander - Contrato Bridge Credit Agreement	La Vigen	mar/17	Libor	3,80	187.188	-	187.188	-	-	-	187.188
Santander - Contrato COFIDE	La Vigen	mar/17	Libor	3,00	112.313	-	112.313	-	-	-	112.313
BDMG - Contrato nº 127314	Transleste	jan/17	-	5,00	799	-	799	-	-	-	799
Bancolombia - Contrato nº 175893	Risaralda	mar/17	DTF (T.A) (*)	8,69	24	-	24	-	-	-	24
Bancolombia - Contrato nº 258419633	Risaralda				42	-	42	-	-	-	42
Itaú - Contrato de crédito - IBC00093	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	479	34.752	35.231	-	-	-	35.231
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	11.003	-	11.003	-	-	-	11.003
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	22.031	-	22.031	-	-	-	22.031
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	15.409	-	15.409	-	-	-	15.409
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	15.410	-	15.410	-	-	-	15.410
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	8.805	-	8.805	-	-	-	8.805
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	11.007	-	11.007	-	-	-	11.007
Banco CorpBanca - contrato de crédito	Risaralda	nov/17	IBR (TV) (**)	3,60	13.208	-	13.208	-	-	-	13.208
Total consolidado - Moeda estrangeira					397.718	34.752	432.470	71.285	-	71.285	503.755

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

Financiadores/ credores	Empresas	Vencimento	Encargos Financeiros		Circulante			Não Circulante			TOTAL GERAL 31/12/2016
			Indexador	Juros a.a.(%)	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2016	Principal + Encargos	Custo de transação a amortizar	TOTAL 31/12/2016	
Debêntures:											
4ª Emissão	Alupar	fev/18	CDI	1,45	109.153	(159)	108.994	50.010	-	50.010	159.004
5ª Emissão	Alupar	mai/27	IPCA	7,80	23.172	(13)	23.159	370.756	(122)	370.634	393.793
6ª Emissão	Alupar	abr/21	IPCA	7,33	4.155	(1.230)	2.925	282.646	(4.101)	278.545	281.470
1ª emissão	Windepar	dez/28	IPCA	7,63	-	-	-	67.822	(1.006)	66.816	66.816
2ª Emissão	EATE	out/17	CDI	0,99	61.677	(51)	61.626	-	(4)	(4)	61.622
3ª Emissão	EATE	mar/19	CDI	1,15	83.984	(134)	83.850	103.896	(59)	103.837	187.687
4ª Emissão	EATE	ago/20	109,75% CDI		40.434	(61)	40.373	102.882	(61)	102.821	143.194
5ª Emissão 1ª emissão	EATE	set/19	113,00% CDI		1.306	(101)	1.205	126.000	(151)	125.849	127.054
5ª Emissão 2ª emissão	EATE	set/21	116,00% CDI		574	(27)	547	54.000	(87)	53.913	54.460
2ª Emissão	ECTE	out/17	CDI	0,99	40.935	(25)	40.910	-	-	-	40.910
3ª Emissão	ECTE	fev/20	CDI	2,15	1.488	(258)	1.230	65.002	(267)	64.735	65.965
2ª Emissão	ENTE	ago/20	109,75% CDI		63.066	(95)	62.971	160.470	(97)	160.373	223.344
3ª Emissão 1ª Série	ENTE	set/19	113,00% CDI		290	(64)	226	28.000	(96)	27.904	28.130
3ª Emissão 2ª Série	ENTE	set/21	116,00% CDI		128	(17)	111	12.000	(55)	11.945	12.056
2ª Emissão	EATE	ago/20	109,75% CDI		17.546	(48)	17.498	44.647	(49)	44.598	62.096
3ª Emissão	Ferreira Gomes	dez/27	IPCA	6,47	3.325	(1.319)	2.006	275.054	(13.192)	261.862	263.868
1ª Emissão	STN	ago/20	109,75% CDI		25.735	(116)	25.619	65.352	(184)	65.168	90.787
1ª Emissão	Transirapé	nov/17	CDI	0,99	16.229	(35)	16.194	-	-	-	16.194
1ª Emissão	Transleste	ago/20	109,75% CDI		13.990	(56)	13.934	35.760	(145)	35.615	49.549
1ª Emissão	Transudeste	nov/17	CDI	0,99	19.106	(39)	19.067	-	-	-	19.067
Total consolidado - Debêntures					526.293	(3.848)	522.445	1.844.297	(19.676)	1.824.621	2.347.066
Total de empréstimos e financiamentos					1.253.590	29.926	1.283.516	3.405.779	(23.012)	3.382.767	4.666.283

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de ações que a Companhia detém das mesmas.

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa. Em 31 de dezembro de 2016, estes índices, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida da companhia, suas controladas e investidas.

As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e que são calculados anualmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado do empréstimo e financiamento. Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

As cláusulas restritivas e quantitativas mencionadas acima são exigidas anualmente para a companhia, suas controladas e investidas

Em 31 de dezembro de 2016 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$ 105.100 (R\$ 89.751 em 31 de dezembro de 2015).

Debêntures

a) As principais características das debêntures são conforme segue:

A Administração da Companhia e suas controladas e investidas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. As cláusulas restritivas quantitativas da Companhia e de suas controladas estão relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, tal como o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), e Índice de Capital Proprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debentures da controlada Ferreira Gomes S. A., o qual é exigido trimestralmente. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado das debentures. Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia de acordo com as metodologias explícitas em seus contratos de suas controladas e investidas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

No quarto trimestre de 2016, findo em 31 de dezembro de 2016 a controlada Ferreira Gomes Energia S.A atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) estabelecidos no contrato de debêntures. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A atingiu os índices acima mencionados para todos os trimestres do exercício de 2016, exceto para o segundo trimestre, findo em 30 de junho de 2016, porém a controlada Ferreira Gomes Energia S.A não encontra-se inadimplente perante o cumprimento de tal índice, pois de acordo com cláusula VII, item 7.2, subitem (xxxiii) da Escritura se faz necessário dois trimestres consecutivos de não atendimento do índice para descumprimento dos covenants.

As debêntures da Companhia e de suas controladas não são conversíveis.

Notas Promissórias - Controladora

Em 22 de Abril de 2016, em reunião de Quotistas e re-ratificada em 03 de Junho de 2016 foi aprovada a 1ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 26/05/2016. Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

•	Valor total de emissão:	R\$ 90.000.000,00
•	Número de série:	Série Única
•	Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
•	Data de emissão:	20/06/2016
•	Destinação dos recursos:	Liquidação de Emprestimo junto ao Banco Santander e Aporte de Capital na Alupar Investimentos S.A
•	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
•	Prazo de vencimento:	30/06/2017
•	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 42.823.157 (quarenta e dois milhões, oitocentas e vinte e três mil e cento e cinquenta e sete) ações ordinárias de emissão da Alupar de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor das Notas Promissórias até a Data de Vencimento; e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, excluindo-se os dividendos e juros sobre capital próprio declarados, pagos ou distribuídos em decorrência das deliberações da assembleia geral de acionistas da Alupar realizada em 20 de abril de 2016 ("Dividendos Cedidos"), centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim ("Conta Vinculada") e (b) da totalidade dos direitos detidos pela Emissora sobre a Conta Vinculada, nos termos do Contrato de Garantia (em conjunto "Garantias Reais").

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	827.584
2018	595.258	488.337
2019	575.639	385.733
2020	489.105	447.405
2021	436.027	333.208
2022	223.665	496.859
Após 2022	1.063.073	536.348
	3.382.767	3.515.474

17. Tributos e Contribuições Sociais corrente e diferido

a) Tributos e Contribuições Sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
IRRF	932	669	13.307	5.625
Provisão para Imposto de Renda	-	-	23.768	31.342
Provisão para Contrib. Social	-	-	20.793	24.555
PIS	5	3	3.059	2.041
COFINS	27	15	11.831	7.510
ICMS	-	-	7.316	7.164
INSS	2	-	2.532	2.517
ISS	52	52	1.521	1.179
Parcelamentos de impostos	-	-	-	-
Outros	22	22	15.156	837
	1.040	761	99.283	82.770
<u>Não Circulante</u>				
Parcelamentos de impostos	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	1.493	1.581
	-	-	1.493	1.581

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

b) Tributos e Contribuições Sociais diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<u>Não circulante</u>				
Imposto de renda diferido	100	115	303.849	251.785
Contribuição social diferido	36	40	164.947	154.980
	<u>136</u>	<u>155</u>	<u>468.796</u>	<u>406.765</u>

18. Provisões de Constituição de Ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

A composição das provisões de constituição dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas</u>		
Companhia Transleste de Transmissão	-	1.499
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	11.722	12.387
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	6.252	8.052
Foz do Rio Claro Energia S.A.	494	494
Energia dos Ventos I S.A.	669	-
Energia dos Ventos II S.A.	492	-
Energia dos Ventos III S.A.	611	-
Energia dos Ventos IV S.A.	2.273	35.925
Energia dos Ventos X S.A.	589	-
Ferreira Gomes Energia S.A	27.984	34.698
	<u>51.086</u>	<u>93.055</u>
Circulante	42.979	83.449
Não circulante	8.107	9.606
	<u>51.086</u>	<u>93.055</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

19. Provisão para gastos ambientais:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Controladas</u>		
Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	30	30
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	9.301	8.677
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	667	622
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A.	340	340
Foz do Rio Claro Energia S.A.	62	389
Ijuí Energia S.A.	1.307	1.535
Energia dos Ventos X S.A	494	-
Ferreira Gomes Energia S.A	10.492	21.860
	<u>22.693</u>	<u>33.453</u>
Circulante	21.789	22.239
Não circulante	904	11.214
	<u>22.693</u>	<u>33.453</u>

A Companhia e suas controladas realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de UHE's e linhas de transmissão, e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado em curso. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

20. Taxas Regulamentares e Setoriais

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de fiscalização ANEEL - TFSEE	2.387	2.317
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	7.652	7.040
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	472	613
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	40.565	36.951
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.002	840
Ministério de minas e energia - MME	498	452
	<u>52.576</u>	<u>48.213</u>
Circulante	52.576	48.213
Não circulante	-	-
	<u>52.576</u>	<u>48.213</u>

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

21. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital social é de R\$ 476.726, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	<u>1</u>	<u>0,00%</u>
Total	<u>476.725.512</u>	<u>100,00%</u>

Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	190	-	72.415	70.581
- Juros sobre contratos de mutuos	-	954	-	954
(-) Tributos sobre receita	-	(18)	-	(454)
- Outras	-	1.051	10.753	16.761
Total	190	1.987	83.168	87.842
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	11.062	5.349	158.640	150.063
Encargos s/debentures	-	-	328.677	344.029
- Variações cambiais	-	-	3.868	3.115
- Juros sobre contratos de mutuos	1.413	1.422	1.413	1.422
- IOF	23	86	23	86
- Outras	1.863	1.367	34.973	23.061
Total	14.361	8.224	527.594	521.776

23. Receita Operacional Líquida Consolidada

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Receita Bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	114.924	108.653
Suprimento de energia	463.626	378.486
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.086.925	1.070.003
Receita de infra-estrutura	39.815	75.777
	1.705.290	1.632.919
<u>Deduções</u>		
ISS	(450)	(472)
PIS	(16.123)	(14.892)
COFINS	(73.950)	(68.670)
ICMS	(7.104)	(5.115)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(32.691)	(31.272)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(5.788)	(5.361)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(5.788)	(5.354)
Ministério de minas e energia - MME	(2.893)	(2.680)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(6.289)	(5.544)
Imposto sobre o valor agregado - IVA	(403)	-
	(151.479)	(139.360)
Receita Operacional líquida	1.553.811	1.493.559

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

24. Instrumentos Financeiros

24.1. Considerações Gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia e suas controladas limitam os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

24.2. Valor Justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	Consolidado				Critério de avaliação	Classificação
	30/06/2016		31/12/2015			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	425.559	425.559	591.872	591.872	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	25.202	25.202	44.430	44.430	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	140.606	140.606	147.053	147.053	Valor justo	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	218.954	218.954	199.147	199.147	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão	4.613.023	4.613.023	4.570.171	4.570.171	Valor justo	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos judiciais	12.322	12.322	12.106	12.106	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>5.435.666</u>	<u>5.435.666</u>	<u>5.564.779</u>	<u>5.564.779</u>		
Passivo						
Fornecedores	211.065	211.065	85.644	85.644	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e financiamentos - incluem encargos	2.247.804	2.247.804	1.796.923	1.796.923	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Debêntures	2.217.321	2.217.321	2.220.887	2.220.887	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>4.676.190</u>	<u>4.676.190</u>	<u>4.103.454</u>	<u>4.103.454</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

24.3. Informações sobre Liquidez

A Companhia e suas controladas têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 4.666.283, sendo que 27,51% desse valor (ou R\$ 1.283.516) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

24.4. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas controladas

Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Companhia e suas controladas podem ser assim descritos:

24.4.1. Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes das contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de clientes

A habilidade das nossas controladas de transmissão e geração de energia elétrica de receber os pagamentos devidos por seus consumidores depende da capacidade de crédito desses consumidores e da capacidade de cobrá-los.

b) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em instituições financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

24.4.2. Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2016 a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam aproximadamente o montante de R\$ 929.997 em bases consolidadas, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

24.4.3. Riscos de mercado

a) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provem, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as do Grupo Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com um dos objetivos de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

b) Risco de descontração

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas das controladas de geração estão sendo vendidos para o ACR e ACL, estando, aproximadamente, 15% descontraada a partir de 2015 quando combinado com os recursos da comercializadora de energia controlada da Companhia.

Desde 2015, as receitas das controladas de geração estarão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro de nossas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Além disso, toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações de nossas controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades determinadas pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Além disso, caso seja interrompido as operações ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos em nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

24.4.4. Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos e contratos de compras vinculados às moedas estrangeiras, visto que a exposição a dívidas denominadas em moeda estrangeira na Companhia e suas controladas representa apenas 11,03% do total da dívida consolidada (2,6% em 31 de dezembro de 2015).

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não têm efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

24.4.5. Risco de regulação

As atividades das controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

24.4.6. Risco financeiros

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é diminuído pela Administração na escolha de instituições financeiras de primeira linha e com estabelecimentos de limites de concentração.

24.4.7. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

24.4.8. Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamento. Em determinadas circunstâncias podem ocorrer à captação de novos empréstimos, contratações de operações de swap para evitar oscilações do custo financeiro das operações, dentre outros instrumentos que a Companhia e suas controladas julgarem necessário.

25. Informações por Segmento

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas consistem na atividade de transmissão, geração de energia.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

Demonstração de resultado segregado por segmento em 31/12/2016

	Transmissão	Geração	Holding	Outros	Total
Receita operacional bruta	1.241.664	395.013	-	68.613	1.705.290
Receita de transmissão de energia	114.924	-	-	-	114.924
Receita de infraestrutura	39.815	-	-	-	39.815
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.086.925	-	-	-	1.086.925
Suprimento de energia	-	395.013	-	68.613	463.626
Consultoria e assessoramento na área regulatória	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(100.919)	(42.706)	-	(7.854)	(151.479)
Receita operacional líquida	1.140.745	352.307	-	60.759	1.553.811
Custo do serviço					
Energia comprada para revenda	-	(71.130)	-	14.092	(57.038)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - C	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(82.015)	(65.575)	-	(12.360)	(159.950)
Custo de infraestrutura	(39.815)	-	-	-	(39.815)
Depreciação / Amortização	(39)	(83.348)	-	(11)	(83.398)
	(121.869)	(220.053)	-	1.721	(340.201)
Lucro bruto	1.018.876	132.254	-	62.480	1.213.610
Despesas e receitas operacionais					
Administrativas e gerais	(39.520)	1.334	(45.755)	(39)	(83.980)
Depreciação / Amortização	(2.637)	(751)	(1.382)	(4)	(4.774)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	35.152	-	35.152
Outras receitas	1.539	274	127.871	-	129.684
Outras despesas	(11)	(4.290)	(34.377)	-	(38.678)
	(40.629)	(3.433)	81.511	(43)	37.404
Lucro Antes do Resultado Financeiro	978.247	128.821	81.511	62.437	1.251.014
Despesas e receitas financeiras					
Despesas financeiras	(232.559)	(151.947)	(143.077)	(11)	(527.594)
Encargos de dívidas	(214.152)	(138.838)	(137.537)	-	(490.527)
Variações cambiais	(1.452)	(2.160)	(2.953)	-	(6.565)
Outras	(16.955)	(10.949)	(2.587)	(11)	(30.502)
Receitas financeiras	26.103	24.810	32.176	79	83.168
Receitas de aplicações financeiras	23.917	19.307	29.098	79	72.401
Outras	2.186	5.503	3.078	-	10.767
	(206.456)	(127.137)	(110.901)	68	(444.426)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	771.791	1.684	(29.390)	62.505	806.588
IR e CSLL correntes	(67.500)	(14.175)	(16)	-	(81.691)
IR e CSLL diferidos	(43.011)	3.234	-	-	(39.777)
	(110.511)	(10.941)	(16)	-	(121.468)
Lucro líquido Consolidado	661.280	(9.257)	(29.406)	62.505	685.120
Participação de não controladores	(347.258)	(24.752)	(127.943)	-	(499.953)
Lucro líquido	314.022	(34.009)	(157.349)	62.505	185.167

26. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

27. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

28. Evento relevante

Controlada Alupar Investimentos S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumentam de capital realizado pela Companhia após o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são conforme segue:

Controlada	Data	Valor
Windepar Holding S.A.	02/01/2017	11.000
Windepar Holding S.A.	09/01/2017	6.650
AF ENERGIA S.A.	10/01/2017	450
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	24/01/2017	200
Transmissora Caminho do Café S.A.	26/01/2017	5
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	26/01/2017	5
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A.	30/01/2017	3.500
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	07/02/2017	300
Windepar Holding S.A.	09/02/2017	680
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	14/02/2017	350
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	14/02/2017	300
Transmissora Caminho do Café S.A.	16/02/2017	1
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	16/02/2017	1
Windepar Holding S.A.	21/02/2017	500
Transmissora Caminho do Café S.A.	22/02/2017	321
Transmissora Caminho do Café S.A.	22/02/2017	23
Transmissora Caminho do Café S.A.	22/02/2017	3
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	22/02/2017	583
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	22/02/2017	23
Transmissora Paraíso de Energia S.A.	22/02/2017	3
AF ENERGIA S.A.	23/02/2017	400
Windepar Holding S.A.	07/03/2017	800
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.	09/03/2017	250
Empresa Transmissora Capixaba S.A.	09/03/2017	150
		26.498

Cristiane dos Santos Barbosa
CRC 1 SP 147507/O-1

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor